

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	27
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	28
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	29
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	30
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.846.929
Preferenciais	2.375.293
Total	5.222.222
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	72.974	69.969
1.01	Ativo Circulante	44.135	41.616
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	17.750	12.187
1.01.03	Contas a Receber	16.580	19.126
1.01.03.01	Clientes	16.580	19.126
1.01.04	Estoques	8.839	8.610
1.01.06	Tributos a Recuperar	831	1.529
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	831	1.529
1.01.07	Despesas Antecipadas	89	130
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	46	34
1.01.08.03	Outros	0	34
1.02	Ativo Não Circulante	28.839	28.353
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.624	2.643
1.02.01.06	Tributos Diferidos	698	978
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	698	978
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.926	1.665
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	589	667
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais	1.308	0
1.02.01.09.06	Outros	29	998
1.02.03	Imobilizado	26.112	25.598
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	26.112	25.598
1.02.04	Intangível	103	112
1.02.04.01	Intangíveis	103	112

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	72.974	69.969
2.01	Passivo Circulante	32.930	31.528
2.01.02	Fornecedores	15.056	15.488
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	15.056	15.488
2.01.03	Obrigações Fiscais	11.702	10.360
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.375	7.357
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	114	93
2.01.03.01.02	Outras Federais	8.261	7.264
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	3.327	3.003
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	192	192
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	192	192
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	192	192
2.01.05	Outras Obrigações	5.980	5.488
2.01.05.02	Outros	5.980	5.488
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.515	3.515
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	2.465	1.973
2.02	Passivo Não Circulante	3.999	4.141
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	348	395
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	348	395
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	348	395
2.02.02	Outras Obrigações	3.407	3.446
2.02.02.02	Outros	3.407	3.446
2.02.02.02.03	Impostos a Recolher	3.407	3.446
2.02.04	Provisões	244	300
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	244	300
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	244	300
2.03	Patrimônio Líquido	36.045	34.300
2.03.01	Capital Social Realizado	14.000	14.000
2.03.04	Reservas de Lucros	20.300	20.300
2.03.04.01	Reserva Legal	1.331	1.331
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	18.969	18.969
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.745	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	38.600	30.990
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-28.744	-21.438
3.03	Resultado Bruto	9.856	9.552
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.180	-7.121
3.04.01	Despesas com Vendas	-6.427	-6.088
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-752	-663
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1	-370
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.676	2.431
3.06	Resultado Financeiro	-43	-13
3.06.01	Receitas Financeiras	179	196
3.06.02	Despesas Financeiras	-222	-209
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.633	2.418
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-888	-814
3.08.01	Corrente	-608	-707
3.08.02	Diferido	-280	-107
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.745	1.604
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.745	1.604

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	1.745	1.604
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.745	1.604

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	6.888	2.864
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.420	3.135
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	1.745	1.604
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	728	669
6.01.01.03	Ganho / Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	61	-86
6.01.01.04	Resultado na Venda de Imobilizado	45	0
6.01.01.05	Imposto de renda e Contribuição Social Corrente	608	707
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	280	107
6.01.01.07	Encargos Financeiros Circulantes e Não Circulantes	9	14
6.01.01.09	Provisões para Riscos Processuais	-56	120
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.468	-271
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	2.485	-1.291
6.01.02.02	Estoques	-229	-673
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	776	-123
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	0	-9
6.01.02.05	Outros Ativos Circulantes	-310	870
6.01.02.06	Outros Ativos Não Circulantes	0	-17
6.01.02.07	Fornecedores	-432	-91
6.01.02.08	Pagamentos de Imposto de Renda e Contribuição Social	-231	-412
6.01.02.09	Juros Pagos	-9	-14
6.01.02.10	Obrigações Fiscais, Trabalhistas e Sociais	0	1.777
6.01.02.11	Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes	1.418	-288
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.278	-2.438
6.02.01	Adições no Ativo Imobilizado e Intangível	-1.278	-2.438
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-47	146
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos Captados	0	205
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-47	-58
6.03.03	Dividendos Pagos	0	-1
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	5.563	572
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12.187	6.351
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	17.750	6.923

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	14.000	0	20.300	0	0	34.300
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	14.000	0	20.300	0	0	34.300
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.745	0	1.745
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.745	0	1.745
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	14.000	0	20.300	1.745	0	36.045

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	14.000	0	14.437	0	0	28.437
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	14.000	0	14.437	0	0	28.437
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.604	0	1.604
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.604	0	1.604
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	14.000	0	14.437	1.604	0	30.041

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	50.182	40.260
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	50.243	40.148
7.01.02	Outras Receitas	0	26
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-61	86
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-27.861	-22.875
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-18.040	-17.410
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.821	-5.465
7.03	Valor Adicionado Bruto	22.321	17.385
7.04	Retenções	-728	-669
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-728	-669
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	21.593	16.716
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	187	-200
7.06.02	Receitas Financeiras	187	196
7.06.03	Outros	0	-396
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	21.780	16.516
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	21.780	16.516
7.08.01	Pessoal	6.513	4.731
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.578	3.920
7.08.01.02	Benefícios	1.634	522
7.08.01.03	F.G.T.S.	301	289
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	12.523	9.972
7.08.02.01	Federais	6.057	4.823
7.08.02.02	Estaduais	6.466	5.149
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	999	209
7.08.03.01	Juros	131	14
7.08.03.03	Outras	868	195
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.745	1.604
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.745	1.604

Comentário do Desempenho



EXCELSIOR ALIMENTOS S.A.

CNPJ : 95.426.862/0001-97

Código CVM: 1570

Comentário do desempenho da Companhia no primeiro trimestre 2017.

No primeiro trimestre de 2017 a Companhia obteve uma receita bruta de R\$ 55.197.972,75, 30,6% superior ao primeiro trimestre de 2016. Com este faturamento, a Companhia obteve uma receita líquida de R\$ 38.599.362,86, o que gerou um EBITDA de R\$ 3.404.458,14 e um Lucro Líquido de R\$ 1.744.586,41.

O primeiro trimestre deste exercício está dentro do que era a nossa expectativa. Concluímos o exercício de 2016 com um considerável crescimento, período em que a economia no país estava estagnada e iniciamos o novo exercício, superando os bons números do exercício anterior. Julgamos que este desempenho se deve a constante procura de novas alternativas e ao aperfeiçoamento da nossa política comercial. Procuramos ocupar mais espaços e pontos de venda. Também comercializamos mais produtos congelados produzidos por terceiros, com a nossa marca e sob nossa orientação. Ainda, conseguimos uma maior produtividade na nossa fábrica, aumentando a produção própria.

O trabalho de economia e redução nos custos continua prioritário. Outrossim, continuamos aumentando o nosso mix de produtos com um maior número de itens de produtos congelados. Como nos trimestres anteriores, todas as iniciativas são planejadas, projetos elaborados, ações definidas e os reflexos financeiros resultantes constantemente avaliados, fazendo-se as correções necessárias no decurso das realizações.

Igualmente, não podemos deixar de registrar, conforme sempre temos feito, que a Companhia continua adquirindo todas as matérias primas e insumos no mercado, não possuindo matéria prima própria, o que nos possibilita fazer compras de oportunidade, sempre que esta situação se apresentar. Os preços na aquisição de matéria prima e de insumos são os praticados pelo mercado, com o que estamos sujeitos as oscilações dos mesmos. Sempre procuramos fazer todos os contingenciamentos possíveis para minimizar os efeitos adversos que a elevação dos preços da matéria prima pode ocasionar, entretanto, os efeitos desejados nem sempre são imediatos.

Declaração da Diretoria – Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes e com as informações contábeis intermediárias relativas ao primeiro trimestre encerrado em 31 de março de 2017, bem como por força do Art. 2º da Instrução CVM 381/03, declara que os auditores não prestaram outros serviços que não sejam de auditoria externa.

Agradecimento - No encerramento de mais um trimestre de atividades, rendemos nossos agradecimentos aos acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras, parceiros, sociedade e, em especial, a todos os colaboradores diretos e indiretos da Companhia Excelsior Alimentos S/A.

Comentário do Desempenho

Santa Cruz do Sul-RS, 12 de maio de 2017.

Conselho de Administração

Wesley Mendonça Batista

Joanita Maria Maestri Karoleski

Gilberto Tomazoni

Renato Jackisch

Diretoria Executiva

Renato Jackisch - Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Eliseo Santiago Perez Fernandez – Diretor Administrativo e Financeiro.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias para os períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Excelsior Alimentos S.A. ("Companhia") controlada direta e indiretamente (por meio da Baumhardt Comércio e Participações Ltda.) pela JBS S.A., localizada no Estado de Rio Grande do Sul, na cidade de Santa Cruz do Sul, tem como principal atividade a produção de industrializados de embutidos de carnes, é líder nacional da produção e comercialização de patês em bisnagas, sendo seus principais produtos: presuntos, fiambres, mortadelas, linguiças, salsichas e patês. A cadeia de distribuição da Companhia permite que seus produtos sejam comercializados junto a redes varejistas, distribuidores e revendedores e pequenos estabelecimentos comerciais, principalmente na Região Sul, tendo o estado do Rio Grande do Sul como seu principal mercado.

A Companhia tem suas ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo sob os códigos BAUH4 e BAUH3.

2 Elaboração e apresentação das informações contábeis

a) Declaração de conformidade

As informações contábeis individuais foram preparadas, e estão sendo apresentadas para os períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016, de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais - ITR. As informações contábeis para o período findo em 31 de março de 2017 também estão de acordo com o IAS 34 - *Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Não houve alterações nas políticas, estimativas contábeis e métodos de cálculo para o período findo em 31 de março de 2017 em relação as demonstrações contábeis anuais levantadas em 31 de dezembro de 2016.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das demonstrações financeiras intermediárias estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

b) Moeda funcional e de apresentação

Essas informações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

c) Aprovação das demonstrações contábeis

A aprovação destas informações contábeis ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de maio de 2017.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas informações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Apuração de resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita operacional compreende o valor justo da contraprestação recebido ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia.

Nas demonstrações do resultado a receita operacional é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, de abatimentos e dos descontos. Na nota explicativa 18 apresentamos a conciliação da receita operacional líquida.

Em conformidade com o IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, a receita é reconhecida quando, e somente quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade do bem;
- (iii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade;
- (iv) a entidade não mantenha envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem efetivo controle de tais bens; e
- (v) as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, sejam confiavelmente mensuradas.

As despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência.

b) Estimativas contábeis

A elaboração das informações contábeis requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas, incluem a definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado, perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

d) Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizável, menos a eventual perda do seu valor recuperável. Ou seja, na prática, são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao seu valor recuperável.

e) Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

A perda estimada de crédito de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias para os períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

As despesas com a constituição da perda estima de créditos de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas operacionais" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

f) Estoques

De acordo com IAS 2/CPC 16 (R1) - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques são reconhecidos no resultado quando da venda.

g) Imobilizado

É demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, considerando a estimativa da vida útil econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na nota explicativa 10.

h) Intangível

É composto por softwares adquiridos por terceiros registrados de acordo com o IAS 38/CPC 4 (R1) - Ativos intangíveis pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Os itens do ativo imobilizado, intangível com vida útil definida e outros ativos (circulantes e não circulantes), quando aplicável, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor econômico testada quando há indicadores potenciais de redução ao valor recuperável ou anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor

i) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data dos balanços.

j) Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal dos negócios. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos de fornecedores são classificados no passivo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos ou variações cambiais.

k) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos captados, líquidos dos custos de transação, nos casos aplicáveis, e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa 13.

l) Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 60 por trimestre para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, bem como sobre os prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social.

m) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias ou cambiais.

n) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando é "praticamente certo" seu êxito, ou com base em decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis não estão provisionados, porém estão divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não estão provisionados nem divulgados.

o) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado.

p) Instrumentos financeiros

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como "mantido para negociação" e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidos no resultado do exercício. Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são apenas as "Aplicações financeiras".

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias para os períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Empréstimos concedidos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são registrados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. O principal ativo que a Companhia possui classificado nesta categoria é "Contas a receber".

Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros, incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado, são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, débitos com Companhias ligadas e outras contas a pagar.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidos no resultado.

q) Apresentação de relatórios por segmentos

De acordo com o IFRS 8/CPC 22 - Informações por segmento - O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas, estando de acordo com o modelo de organização vigente.

r) Demonstrações dos fluxos caixa

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo destas informações contábeis, em conformidade com as instruções contidas no IAS 7/ CPC 3 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

s) Demonstração do valor adicionado

A Companhia inclui na divulgação das suas informações contábeis a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiamentos, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

t) Novos pronunciamentos contábeis

A Companhia analisou os novos pronunciamentos contábeis e concluiu que não há efeitos para serem divulgados antecipamentos nas informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2017.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31.03.17	31.12.16
Caixa e bancos	11.981	6.307
CDB	5.769	5.880
	17.750	12.187

As aplicações financeiras possuem vencimento original de até 90 dias a contar da data da contratação, estão sujeitas a risco significativo de alteração de valor e são em média remunerados a 100,50% da variação do CDI. A Companhia não possui nenhuma restrição de uso dos valores de caixa e equivalentes de caixa.

5 Contas a receber de clientes

	31.03.17	31.12.16
Duplicatas a vencer	14.680	18.228
Duplicatas vencidas:		
De 1 a 30 dias	1.793	791
De 31 a 60 dias	62	41
De 61 a 90 dias	45	66
Acima de 90 dias	508	447
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD	(508)	(447)
	1.900	898
	16.580	19.126

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias para os períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Conforme IFRS 7/CPC 40 (R1) - Instrumento Financeiro, segue a movimentação da PECLD:

	31.03.17	31.12.16
Saldo inicial	(447)	(489)
(Adições) / Reversões	(122)	1
Baixas	61	41
Saldo final	(508)	(447)

6 Estoques

	31.03.17	31.12.16
Mercadorias e produtos acabados	4.958	4.786
Matéria-prima e embalagens	2.396	613
Almoxarifado	1.485	3.211
	8.839	8.610

7 Impostos a recuperar

	31.03.17	31.12.16
ICMS	968	1.044
INSS	16	716
PIS e COFINS	436	436
	1.420	2.196
Desmembramento:		
Ativo circulante	831	1.529
Ativo não circulante	589	667
	1.420	2.196

8 Impostos de renda e contribuição social

São calculados com base no regime do lucro real de acordo com a legislação e alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos foram registrados sobre diferenças temporárias.

a) Reconciliação da alíquota do imposto de renda e contribuição social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2017	2016	2017	2016
Resultado antes da tributação	2.633	2.418	2.633	2.418
Alíquota nominal	25%	25%	9%	9%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social	658	605	237	218
(Adições) exclusões permanentes	32	37	23	18
(Adições) exclusões temporárias	(33)	601	(33)	601
Base imposto - sem prejuízos fiscal de anos anteriores	2.632	3.056	2.623	3.037
Prejuízo fiscal (Limitado 30% da base de cálculo do imposto no período)	(789)	(917)	(787)	(911)
Base imposto	1.843	2.139	1.836	2.126
Alíquota - 9%	-	-	165	191
Alíquota - 10%	178	208	-	-
Alíquota - 15%	276	321	-	-
Dedução PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) e Lei Rouanet	(11)	(13)	-	-
Imposto a pagar	443	516	165	191
Imposto pago/compensado	(168)	(278)	(63)	(103)
Saldo de imposto a pagar	275	238	102	88
Imposto de renda e contribuição social correntes	(608)	(707)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(280)	(107)		
	(888)	(814)		
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	33,73%	33,66%		

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias para os períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

b) Composição dos saldos patrimoniais de imposto de renda e contribuição social diferidos

	31.03.17	31.12.16
ATIVO	1.049	1.355
Prejuízo fiscal e base negativa	60	328
Provisão para contingência	83	102
Perda estimada de crédito em liquidação duvidosa	25	32
PLR - Participação dos Lucros e Resultados	211	389
Faturamento não entregue	183	68
Outros	487	436
PASSIVO	(351)	(377)
Ajuste da depreciação	(351)	(377)
Total Líquido	698	978

A Administração considera que os ativos e passivos diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem.

9 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos entre partes relacionadas nas contas patrimoniais e nas contas de resultado são a seguir apresentados:

	31.03.17		31.12.16		2017		2016	
	Clientes	Fornecedores	Clientes	Fornecedores	Compras de mercadorias	Receitas de vendas	Compras de mercadorias	Receitas de vendas
Agrícola Jandelle S.A.	-	-	-	-	24	-	512	-
JBS Aves Ltda	-	277	-	270	1.257	-	1.042	-
JBS S.A.	-	2	-	4	20	-	18	-
Macedo Agroindust Ltda	-	108	-	69	360	-	-	-
Seara Alimentos Ltda	-	5.703	-	7.257	17.326	3	9.446	-
	-	6.090	-	7.600	18.987	3	11.018	-

Detalhamento das transações com partes relacionadas

Os saldos de passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações de compra da Companhia com empresas ligadas, a preços e condições semelhantes às transações com terceiros não relacionados.

Durante o período findo em 31 de março de 2017 a Companhia comprou R\$18.987 (R\$11.018 o período findo em 31 de março 2016) de matérias-primas/mercadorias das empresas ligadas.

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração da Companhia inclui a Diretoria Executiva e Conselho de Administração. O valor agregado das remunerações recebidas por esse administradores da Companhia, por serviços nas respectivas áreas de competência, nos períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016:

	31.03.17		31.03.16	
	Membros	Valor agregado	Membros	Valor agregado
Diretoria Executiva e Conselho de Administração	6	258	4	212
	6	258	4	212

O Diretor-Presidente e de Relação com Investidores, faz parte de contrato de trabalho no regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), onde segue todas as prerrogativas legais de remunerações e benefícios.

De acordo com o IAS 24/CPC 05 (R1) - Apresentação de Parte Relacionadas, com exceção aos descritos acima, os demais membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração não são partes de contrato de trabalho regido pela CLT ou outros contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de trabalho que não estejam de acordo com os requeridos pela CLT, quando aplicável, ou remuneração como base em ações.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias para os períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

10 Imobilizado**a) Composição do imobilizado**

	Vida útil dos ativos imobilizados	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				31.03.17	31.12.16
Terrenos	*	1	-	1	1
Imóveis	7 a 50 anos	6.228	(2.765)	3.463	3.164
Máquinas e equipamentos	5 a 20 anos	26.423	(9.520)	16.903	17.044
Instalações	5 a 15 anos	2.063	(1.135)	928	777
Móveis e utensílios	5 a 15 anos	282	(120)	162	123
Equipamentos de informática	2 a 7 anos	681	(431)	250	271
Veículos	2 a 7 anos	759	(597)	162	182
Obras em andamento	*	4.243	-	4.243	4.036
		40.680	(14.568)	26.112	25.598

A Administração da Companhia revisou a vida útil dos bens do ativo imobilizado em 31 de março de 2017 obtendo entendimento sobre a adequacidade das taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado que estão sendo aplicadas. No período findo em 31 de março de 2017 a Administração não identificou evidências de alteração significativa na vida útil dos bens do ativo imobilizado.

b) Movimentação do ativo imobilizado

	31.12.16	Adições líquidas de transferências	Baixas	Depreciação	31.03.17
Terrenos	1	-	-	-	1
Imóveis	3.164	355	-	(56)	3.463
Máquinas e equipamentos	17.044	487	(45)	(583)	16.903
Instalações	777	184	-	(33)	928
Móveis e utensílios	123	44	-	(5)	162
Equipamentos de informática	271	1	-	(22)	250
Veículos	182	-	-	(20)	162
Obras em andamento	4.036	207	-	-	4.243
	25.598	1.278	(45)	(719)	26.112

Depreciação do período

A depreciação e a amortização do período foi reconhecida como segue: R\$691 como custo dos produtos vendidos e R\$37 como despesas operacionais.

Bens adquiridos por Leasing

A Companhia possui registrado no seu ativo imobilizado o montante de R\$84 como veículos (R\$91 referente ao período findo em 31 de dezembro de 2016), os quais foram adquiridos na modalidade de leasing, sendo deste montante R\$84 estão alienados como garantia da operação.

Teste de valor recuperável dos ativos imobilizados

A vida útil estimada, os valores residuais e as médias ponderadas de depreciação são revisadas pelo menos ao final do exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas, se houver, são contabilizadas prospectivamente. A Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável.

11 Intangível

	Vida útil dos ativos intangíveis	Líquido	
		31.03.17	31.12.16
Softwares	2 a 7 anos	103	112
		103	112

Movimentação do intangível:

	31.12.16	Adição	Amortização	31.03.17
Softwares	112	-	(9)	103
	112	-	(9)	103

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias para os períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

12 Fornecedores

	31.03.17	31.12.16
Materiais e serviços	15.056	15.488
	15.056	15.488

13 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa média anual	Moeda	Indexador	Vcto. LP	Circulante		Não Circulante	
					Líquido			
					31.03.17	31.12.16	31.03.17	31.12.16
Em moeda nacional								
Finame	6,00% a.a.	R\$	Tx Fixa	2018-20	192	192	348	395
					192	192	348	395

Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Finame

Forma de pagamento do financiamento em 54 parcelas mensais e sucessivas, calculadas através do Sistema de Amortização Constante - SAC, com período de carência de 6 meses e o vencimento da última parcela em janeiro de 2020. O FINAME está garantido por aval da diretoria.

Maturidade contratual dos empréstimos e financiamentos:

Vencimento	31.03.17	31.12.16
2018	143	190
2019	190	190
2020	15	15
	348	395

A Companhia encontra-se em cumprimento de todas as obrigações contratuais dos empréstimos e financiamentos e não tem nenhum tipo de Covenants em seus contratos devido ao fato de que todos os contratos possuem garantias reais dos bens financiados, avais ou notas promissórias.

14 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

Obrigações trabalhistas e sociais são compostas conforme abaixo:

	31.03.17	31.12.16
Salários e encargos sociais	1.817	2.340
Provisões para férias, 13º salário e encargos	1.861	1.607
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro	114	93
IRRF a recolher	275	152
PIS e COFINS a recolher	4.269	2.794
ICMS a recolher	2.720	2.745
Parcelamentos fiscais (REFIS IV)	3.908	3.924
Outros	137	128
	15.101	13.783
Passivo circulante	11.702	10.360
Passivo não circulante	3.399	3.423
	15.101	13.783
Desmembramento:		
Trabalhistas	3.678	3.947
Tributárias	11.423	9.836
Estadual	2.720	2.745
Federal	8.703	7.091
	15.101	13.783

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias para os períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

15 Dividendos declarados

	31.03.17	31.12.16
Dividendos declarados	3.515	3.515
	3.515	3.515

Em 31 de dezembro de 2016 a Administração declarou dividendos mínimos obrigatórios a distribuir no valor de R\$ 1.826, que foram submetidos para aprovação do AGO convocada para 20 de abril de 2017. A posição acionária a ser considerada para a distribuição de dividendos é a posição observada na presente data, sendo certo que, se aprovado pela AGO, serão contempladas 5.222.222 (cinco milhões, duzentos e vinte e dois mil e duzentos e vinte e duas) ações, sendo 2.846.929 (dois milhões, oitocentos e quarenta e seis mil e novecentas e vinte e nove) ações ordinárias e 2.375.293 (dois milhões, trezentas e setenta e cinco mil e duzentas e noventa e três) ações preferenciais, resultando em uma distribuição de R\$0,33445 por ação ordinária e R\$0,36790 por ação preferencial, a título de dividendos. Quando aprovado pela referida AGO, os dividendos declarados serão pagos sem correção monetária, através do Banco Itaú S.A., instituição depositária das ações escriturais, no prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir da data da AGO, no domicílio bancário fornecido pelos acionistas.

16 Provisão para riscos processuais

A Companhia possui processos em andamento, oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas em estimativas de seus consultores legais. As principais informações desses processos, em 31 de março de 2017 e 2016, estão assim representadas:

	31.03.17	31.12.16
Trabalhistas	227	275
Fiscais e previdenciários	17	25
Total	244	300

Movimentação das provisões

	31.12.16	Adições	Pagamentos ou mudanças de estimativas	31.03.17
Trabalhistas	275	41	(89)	227
Cíveis	-	83	(83)	-
Fiscais e previdenciários	25	-	(8)	17
Total	300	124	(180)	244

Processos trabalhistas

Em 31 de março de 2017 a Companhia era parte em 129 ações de natureza trabalhista, envolvendo o valor total em discussão de R\$7.370 (R\$5.498 em 31 de dezembro de 2016). Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, a Companhia registrou provisões no montante de R\$227 (R\$275 em 31 de dezembro de 2016) relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte, já incluídos os encargos previdenciários devidos pelo empregado e pela Companhia. Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações de pagamento de horas extras, e de adicional de insalubridade. A Companhia tem ações possíveis, as quais não há provisão no montante de R\$6.994 (R\$5.117 em 31 de dezembro de 2016).

Depósitos judiciais

A Companhia quando necessário efetua depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências. O saldo em 31 de março de 2017 era de R\$1.308 (R\$969 em 31 de dezembro de 2016).

17 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estava representado por 5.222.222 ações sem valor nominal, sendo 2.846.929 por ações ordinárias e 2.375.293 ações preferenciais.

As ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais tem direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios apurados conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

b) Reserva de lucro

Legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei societária.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias para os períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

18 Receita operacional líquida

	2017	2016
RECEITA BRUTA DE VENDAS		
Receitas de vendas de produtos e mercadorias	55.198	42.246
Provisão para reversão do faturamento não entregue - IAS 18/CPC 30 (R1)	(1.428)	(30)
	53.770	42.216
DEDUÇÕES DE VENDAS		
Devoluções e descontos	(3.526)	(2.068)
Impostos sobre as vendas	(11.992)	(9.177)
Provisão p/ reversão dos impostos s/ o fat. não entregue - IAS 18/CPC 30 (R1)	348	19
	(15.170)	(11.226)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	38.600	30.990

19 Resultado financeiro líquido

	2017	2016
Juros Passivos	(131)	(170)
Juros Ativos	179	187
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(91)	(30)
	(43)	(13)
	2017	2016
Receita financeira	179	196
Despesa financeira	(222)	(209)
	(43)	(13)

20 Lucro por ação

Conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico.

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido do exercício pela quantidade de total de ações conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	1.745	1.604
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias - Lote de mil	2.847	2.847
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais - Lote de mil	2.375	2.375
Total de ações em circulação - Lote de mil	5.222	5.222
Lucro básico por ação - R\$	0,3342	0,3072

Diluído

A Companhia não apresentou o cálculo do lucro por ação - diluído conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, devido ao fato de não haver potenciais ações ordinárias diluidoras ou outros instrumentos conversíveis que possam ocasionar diluição do lucro por ação, sendo assim os valores do lucro da ação são iguais no básico e diluído.

21 Custos e despesas por natureza

Apresentamos a seguir o detalhamento da demonstração do resultado por natureza e sua respectiva classificação por função:

Classificação por natureza	2017	2016
Depreciação e amortização	(728)	(669)
Despesas com pessoal	(6.513)	(4.731)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(27.861)	(22.789)
Classificação por função	2017	2016
Custo dos produtos vendidos	(28.744)	(21.438)
Despesas com vendas	(6.427)	(6.088)
Despesas gerais e administrativas	(752)	(663)

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias para os períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

22 Segmentos operacionais

A Companhia possui 2 (dois) segmentos divulgáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades estratégicas de negócio. As unidades estratégicas de negócio oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de marketing. Para cada uma dessas unidades, a Administração analisa os relatórios internos ao menos trimestralmente. A Companhia possui os seguintes reportáveis: processados resfriados e congelados.

O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, como incluído nos relatórios internos analisados pela Administração. O lucro por segmento é utilizado para avaliar o desempenho, uma vez que a Administração acredita que tal informação é mais relevante na avaliação dos resultados de certos segmentos relativos a outras entidades que operam nestas indústrias. A precificação de transações entre os segmentos é determinada com base em valores de mercado.

Não há receitas provenientes das transações com um único cliente externo que representam 10% ou mais das receitas totais.

Receitas líquidas apresentadas por linha de produto:

	Períodos findos em 31 de março de	
	2017	2016
Processados resfriados	31.219	26.441
Processados congelados	7.381	4.549
	38.600	30.990

Depreciação apresentada por linha de produto:

	Períodos findos em 31 de março de	
	2017	2016
Processados resfriados	589	571
Processados congelados	139	98
	728	669

Total de ativos por segmento:

	Períodos findos em 31 de março de	
	2017	2016
Processados resfriados	62.262	57.221
Processados congelados	10.712	12.748
	72.974	69.969

Total de receitas e despesas financeiras por segmento:

	Períodos findos em 31 de março de	
	2017	2016
Processados resfriados	(37)	(11)
Processados congelados	(6)	(2)
	(43)	(13)

Total de lucro divulgado por segmento:

	Períodos findos em 31 de março de	
	2017	2016
Processados resfriados	1.485	1.369
Processados congelados	260	235
	1.745	1.604

Receitas líquidas apresentadas por área geográfica:

	Períodos findos em 31 de março de	
	2017	2016
Rio Grande do Sul	29.514	23.915
Santa Catarina	5.713	4.670
Paraná	2.655	2.405
Outros	718	-
	38.600	30.990

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias para os períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Depreciação apresentadas por área geográfica:

	Períodos findos em 31 de março de	
	2017	2016
Rio Grande do Sul	556	516
Santa Catarina	108	101
Paraná	50	52
Outros	14	-
	728	669

Total de ativos por área geográfica:

	31.03.17	31.12.16
Rio Grande do Sul	55.797	53.806
Santa Catarina	10.801	10.390
Paraná	5.019	5.773
Outros	1.357	-
	72.974	69.969

23 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Esta cobertura engloba todos os tipos de sinistros e o limite máximo de cobertura em 31 de março de 2017 foi de R\$150 milhões.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações contábeis, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

24 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Em sua rotina operacional, a Companhia gera exposições diversas a risco de mercado, de crédito e de liquidez. Tais exposições são controladas, seguindo diretrizes traçadas pela Administração na Política de Gestão de Riscos.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

a) Risco de crédito

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e região onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito. As vendas da Companhia se concentram em canais de grandes redes, auto serviço e revendedores, o que limita concentração de risco de crédito.

A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente. A análise inclui avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Os limites de compras são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido, somente poderão operar em base de pagamentos antecipados.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são pessoa física ou jurídica, atacadistas, varejistas ou consumidores finais, localização geográfica, indústria, perfil de idade, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Notas	31.03.17	31.12.16
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.750	12.187
Contas a receber de clientes	5	16.580	19.126
		34.330	31.313

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias para os períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	31.03.17	31.12.16
Duplicatas a vencer	14.680	18.228
Duplicatas vencidas:		
De 1 a 30 dias	1.793	791
De 31 a 60 dias	62	41
De 61 a 90 dias	45	66
Acima de 90 dias	508	447
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD	(508)	(447)
	1.900	898
	16.580	19.126
Saldo inicial	(447)	(489)
Adições	(122)	1
Baixas	61	41
Saldo final	(508)	(447)

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, sempre que possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse.

O quadro abaixo apresenta o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

31.03.17						
Nota	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor Justo	
Fornecedores	12	15.056	-	-	-	15.056
Empréstimos e financiamentos	13	192	143	205	-	540
Dividendos declarados	15	3.515	-	-	-	3.515
Valor Justo		18.763	143	205	-	19.111
31.12.16						
Nota	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor Justo	
Fornecedores	12	15.488	-	-	-	15.488
Empréstimos e financiamentos	13	192	190	205	-	587
Dividendos declarados	15	3.515	-	-	-	3.515
Valor Justo		19.195	190	205	-	19.590

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

d) Risco de moeda

Como as operações da Companhia estão concentradas no mercado interno, e consequentemente seus fluxos de caixa não estão sujeitos a variações cambiais de moedas estrangeiras, não há risco associado à variação de moedas. Dessa forma, a Companhia não está apresentando análise de sensibilidade quantitativa referente a risco da exposição à variações cambiais de moedas estrangeiras.

e) Risco de taxa juros

O risco de taxas de juros é decorrente de possíveis flutuações nas taxas de juros incidentes sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia. Visando minimizar possíveis impactos, advindos dessas oscilações, a Companhia adota a política de diversificação nas linhas de crédito, alternando a contratação com taxas variáveis e taxas fixas. Na data das presentes demonstrações contábeis, os instrumentos financeiros da Companhia, remunerados a uma taxa de juros, estão a seguir apresentados pelo valor contábil:

Instrumentos financeiros remunerados a uma taxa fixa	31.03.17	31.12.16
Aplicações financeiras - CDB	5.769	5.880
Empréstimos e financiamentos	(540)	(587)
	5.229	5.293

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias para os períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Um aumento de 1% nas taxas de juros, na data das demonstrações contábeis, não teria reflexo relevante no patrimônio nem no resultado dos períodos findos em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes.

	Patrimônio líquido e resultado do exercício findo em 31.03.17	Patrimônio líquido e resultado do exercício findo em 31.12.16
Análise de sensibilidade taxa variável (1%)	52	53

Efeito da alteração de 1% na taxa de juros sobre instrumentos financeiros de taxa variável.

f) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Administração da Companhia. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a Administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

g) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado, bem como manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

A dívida da Companhia ajustada em relação ao capital ao final dos períodos findos em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, é apresentada a seguir:

	31.03.17	31.12.16
Total do Passivo Circulante e não Circulante	36.929	35.669
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(17.750)	(12.187)
(=) Dívida Líquida (A)	19.179	23.482
Total do Patrimônio Líquido (B)	36.045	34.300
Relação Dívida	0,5321	0,6846

h) Valores estimados de mercado

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

i) Garantias prestadas e garantias recebidas**Garantias prestadas**

Garantias consideradas relevantes estão descritas detalhadamente nas nota explicativa: 13 - Empréstimos e financiamentos.

Garantias recebidas

A Companhia não possui garantias recebidas de terceiros consideradas relevantes.

j) Instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme quadro abaixo:

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias para os períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Notas	31.03.17	31.12.16
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras - CDB	4	5.769	5.880
Empréstimos e recebíveis			
Caixa e bancos	4	11.981	6.307
Contas a receber de clientes	5	16.580	19.126
Total		34.330	31.313
Passivos			
Passivos pelo custo amortizado			
Fornecedores	12	15.056	15.488
Empréstimos e financiamentos	13	540	587
Dividendos declarados	15	3.515	3.515
Total		19.111	19.590

k) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

De acordo com IFRS 7/CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros, a Companhia classifica a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos;

Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia não possui instrumentos neste nível de mensuração.

Conforme observado acima, os valores justos dos instrumentos financeiros, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, estão apresentados por níveis hierárquicos de mensuração, abaixo:

Hierarquia do valor justo

	Valor contábil em 31.03.17		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros			
Aplicações financeiras - CDB	5.769	-	-
Empréstimos e financiamentos	(540)	-	-
Valor contábil em 31.12.16			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros			
Aplicações financeiras - CDB	5.880	-	-
Empréstimos e financiamentos	(587)	-	-

Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Notas	31.03.17		31.12.16	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e bancos	4	11.981	6.307	6.307
Aplicações financeiras - CDB	4	5.769	5.880	5.880
Contas a receber de clientes	5	16.580	19.126	19.126
Ativos financeiros totais		34.330	31.313	31.313
Fornecedores	12	(15.056)	(15.488)	(15.488)
Empréstimos e financiamentos	13	(540)	(587)	(587)
Dividendos declarados	15	(3.515)	(3.515)	(3.515)
Passivos financeiros totais		(19.111)	(19.590)	(19.590)
		15.219	11.723	11.723

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias para os períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

DIRETORIA EXECUTIVA

Renato Jackisch
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Eliseo Santiago Perez Fernandez
Diretor Administrativo e Financeiro

Adilson Bergamo
Contador CRC MT-007248/O-0 T-RS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Wesley Mendonça Batista
Presidente do Conselho

Joanita Maria Maestri Karoleski
Conselheiro

Gilberto Tomazoni
Conselheiro

Renato Jackisch
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal revisou o Relatório da Administração e as informações contábeis intermediárias da Companhia referentes ao período de três meses findos em 31 de março de 2017.

Nossa revisão compreendeu: a) análise das informações contábeis elaboradas pela Companhia; b) acompanhamento dos trabalhos de revisão realizados pelos auditores externos; e c) indagações sobre atos e transações relevantes efetuadas pelos administradores.

Com base em nossa revisão, nas informações e esclarecimentos recebidos e considerando o Relatório dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal não tem conhecimento de nenhum fato que leve a acreditar que o Relatório da Administração e as informações contábeis acima mencionadas não reflitam em todos os aspectos relevantes as informações nelas contidas.

Santa Cruz do Sul, 11 de maio de 2017.

Adrian Lima da Hora
Presidente do Conselho

Demetrius Nichele Macei
Conselheiro

Rafael de Souza Morsch
Conselheiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto 1º, do artigo 25, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as informações contábeis intermediárias do período de três meses findos em 31 de março de 2017; e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias do período de três meses findos em 31 de março de 2017.

Santa Cruz do Sul-RS, 12 de maio de 2017.

Renato Jackisch
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Eliseo Santiago Perez Fernandez
Diretor Administrativo e Financeiro

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis trimestrais

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Excelsior Alimentos S.A.
Santa Cruz do Sul - RS

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Excelsior Alimentos S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações contábeis intermediárias executada pelo auditor da Entidade e "ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e trimestre anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outro auditor independente, cujo relatório não conteve modificação e foi emitido em 13 de março de 2017. Os valores correspondentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, também apresentados para fins de comparação, foram revisados por outro auditor independente, cujo relatório sobre a revisão das informações contábeis para o trimestre findo em 31 de março de 2016, foi emitido em 10 de maio de 2016, sem modificação.

São Paulo, 12 de maio de 2017.

Nelson Fernandes Barreto Filho
CRC 1SP-151.079/O-0 "S" - RS

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" - RS

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal revisou o Relatório da Administração e as informações contábeis intermediárias da Companhia referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017.

Nossa revisão compreendeu: a) análise das informações contábeis intermediárias elaboradas pela Companhia; b) acompanhamento dos trabalhos de revisão realizados pelos auditores externos; e c) indagações sobre atos e transações relevantes efetuadas pelos administradores.

Com base em nossa revisão, nas informações e esclarecimentos recebidos e considerando o relatório dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal não tem conhecimento de nenhum fato que leve a acreditar que o relatório da Administração e as informações contábeis intermediárias acima mencionadas não reflitam em todos os aspectos relevantes as informações nelas contidas.

Santa Cruz do Sul-RS, 11 de maio de 2017.

Adrian Lima da Hora
Presidente do Conselho

Demetrius Nichele Macei
Conselheiro

Rafael de Souza Morsch
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração do Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Eu, Renato Jackisch, declaro que:

Revisei este relatório das informações contábeis intermediárias do período de três meses findo em 31 de março de 2017, da Excelsior Alimentos S.A. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais informações que refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes ao período apresentado.

Santa Cruz do Sul-RS, 12 de maio de 2017.

Renato Jackisch
Diretor Presidente e de RI.
Excelsior Alimentos S.A.

Declaração do Diretor Administrativo e Financeiro.

Eu, Eliseo Santiago Perez Fernandez, declaro que:

Revisei este relatório das informações contábeis intermediárias do período de três meses findo em 31 de março de 2017, da Excelsior Alimentos S.A. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais informações que refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes ao período apresentado.

Santa Cruz do Sul-RS, 12 de maio de 2017.

Eliseo Santiago Perez Fernandez.
Diretor Administrativo e Financeiro.
Excelsior Alimentos S.A.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração do Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Eu, Renato Jackisch, declaro que:

Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, relativas as informações contábeis intermediárias do período de três meses findo em 31 de março de 2017, concordo com as opiniões expressas no parecer elaborado pela Grant Thornton Auditores Independentes não havendo qualquer discordância.

Santa Cruz do Sul-RS, 12 de maio de 2017.

Renato Jackisch.
Diretor Presidente e de RI.
Excelsior Alimentos S.A.

Declaração do Diretor Administrativo e Financeiro

Eu, Eliseo Santiago Perez Fernandez, declaro que:

Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, relativas as informações contábeis intermediárias do período de três meses findo em 31 de março de 2017, concordo com as opiniões expressas no parecer elaborado pela Grant Thornton Auditores Independentes não havendo qualquer discordância.

Santa Cruz do Sul-RS, 12 de maio de 2017.

Eliseo Santiago Perez Fernandez.
Diretor Administrativo e Financeiro.
Excelsior Alimentos S.A.